

PMs fazem assembléia amanhã

■ Corporação e bombeiros querem os 28% dados às Forças Armadas e ameaçam realizar greve no carnaval

LUÍS OSVALDO GROSSMANN

É difícil descobrir o paradeiro da lei de remuneração de policiais militares e bombeiros do Distrito Federal. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, o projeto de lei está com o Ministério do Planejamento, que garante nunca ter ouvido falar do assunto. No Ministério da Justiça, que a recebeu das mãos do governador Joaquim Roriz, a notícia é de que foi encaminhada à assessoria jurídica do Palácio do Planalto, na Casa Civil. Mas lá também o projeto é desconhecido.

Desde que, em dezembro, foi editada uma medida provisória que concedeu aos militares um aumento médio de 28%, PMs e bombeiros reivindicam o mesmo tratamento. As justificativas para isso são duas. Primeiro porque, até a edição da MP, a Lei de Remuneração era a mesma para Exército, Marinha, Aeronáutica e as chamadas forças auxiliares - PM e Corpo de Bombeiros. Com a alteração, que acabou com uma tradição de 40 anos, as duas corporações locais ficaram sem o instrumento legal sobre seus salários. Segundo, porque PMs e bombeiros fizeram paralisações em setembro e outubro do ano passado e houve um compromisso do GDF de que o aumento das Forças Armadas seria estendido às corporações.

Até agora, três propostas de uma nova lei para a PM e os bombeiros foram encaminhadas à União pelo GDF. Duas delas voltaram com pedidos de cortes. A terceira é justamente a que ninguém sabe dizer ao certo onde está. Para pressionar tanto o Palácio do Buriti quanto a Esplanada dos Ministérios, duas entidades que representam policiais e bombeiros - Aspol e Força Policial - marcaram assembléia para amanhã, onde vão decidir se cruzam ou não os braços durante o Carnaval. Outras duas entidades - a Associação Única dos Bombeiros Militares do DF e a Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da PM e do Corpo de Bombeiros - também prometem participar. "Vamos levar, no mínimo, seis mil pessoas para a assembléia", calcula o presidente da Aspol, cabo Sidney Patrício.

O comando da PM duvida. "A possibilidade de uma paralisação

é quase nula, mas, se por acaso acontecer, estamos preparados", afirma o comandante de Policiamento da PMDF, coronel Eloísio Rodrigues da Costa. Segundo ele, mesmo que a decisão seja a de paralisar as atividades durante o carnaval, a promessa é de que os cidadãos não vão perceber. "Vamos usar aqueles que estão de folga, ou mesmo levar para a rua os oficiais", afirma o coronel. "Não haverá nenhum prejuízo ao policiamento."

Parte desse otimismo está na decisão tomada pelos oficiais da PM, que reunidos no domingo resolveram esperar uma posição do governo federal até o dia 15 de março. Ontem, subtenentes e sargentos do Corpo de Bombeiros assinaram embaixo dessa decisão. "Somos a favor do movimento, mas contra a paralisação, e nós não vamos nessa assembléia", afirmou o presidente do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Corpo de Bombeiros, Juarez Ribeiro da Costa. No clube da PM, o subtenente Pedro Rodrigues de Carvalho tem a mesma opinião: "Vamos dar um crédito ao governo e esperar até o dia 15. Agora, se não tiver resposta a coisa muda". Carvalho pretende realizar reuniões em cada cidade do DF para discutir a questão salarial. Mas a cúpula da PM também espera que tenham efeito as visitas do comandante-geral, Ruy Sampaio, a todas as unidades da corporação. "Ele colocou a todos o que realmente está acontecendo, como estão as negociações e que dependemos do governo federal", explica o coronel Eloísio.

Dentre os oficiais de alta patente da PM, no entanto, há quem admita os riscos da mobilização de, pelo menos, parte dos policiais. "A impressão que fica é a de que o governo federal só vai medir o tamanho do problema quando acontecer algo grave, como o policiamento ser afetado justamente em dias como os de carnaval", diz um coronel da PM.

O Estatuto da PM proíbe quaisquer manifestações coletivas de caráter reivindicatório ou político pelos policiais, e prevê punições que podem chegar à expulsão. Mas a exemplo do que foi feito no ano passado, os PMs utilizam-se de instrumentos como o bloqueio das comunicações para inviabilizar o trabalho.